

CONSTRUINDO O AMANHÃ: O PAPEL DO ENSINO FUNDAMENTAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ

CONSTRUINDO O AMANHÃ: O PAPEL DO ENSINO FUNDAMENTAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ

Gleiciane Rosa da Costa Ribeiro

MUST University, Estados Unidos

Marilena Brites de Miranda

MUST University, Estados Unidos

Glenda Gonçalves Araújo Caetano

MUST University, Estados Unidos

Eva Cipriano da Silva

MUST University, Estados Unidos

Crystiane Ribeiro Mendes de Oliveira

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 2594-9950

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v25i2.2097>

Resumo: O ensino fundamental desempenha um papel essencial na formação cidadã, fornecendo aos alunos as bases necessárias para se tornarem membros ativos e conscientes da sociedade. Escolher este tema se justifica pela importância da educação básica como pilar do desenvolvimento social e pessoal. O objetivo deste estudo é analisar como o ensino fundamental contribui para formar cidadãos críticos e participativos, utilizando uma abordagem bibliográfica que inclui artigos, livros e documentos acadêmicos que exploram o impacto educacional na cidadania. Resultados principais indicam que currículos integrados e métodos de ensino inovadores promovem habilidades críticas e sociais nos estudantes. Conclui-se que a formação cidadã eficaz depende da incorporação de práticas pedagógicas que incentivem a reflexão crítica, o respeito à diversidade e a participação democrática no ensino fundamental. A educação, como força propulsora, transforma indivíduos, preparando-os para desafios sociais e promovendo uma convivência mais harmônica.

Palavras-chave: Educação; Cidadania; Desenvolvimento Social.

Abstract: Elementary education plays a pivotal role in civic formation, providing students with the foundational skills necessary to become active and conscious members of society. The choice of this theme is justified by the importance of basic education as a pillar of social and personal development. The aim of this study is to analyze how elementary education contributes to shaping critical and participative citizens, using a bibliographic approach that includes articles, books, and academic documents exploring the educational impact on citizenship. Main results indicate that integrated curricula and innovative teaching methods foster critical and social skills in students. It is concluded that effective civic formation depends on incorporating pedagogical practices that encourage critical reflection, respect for diversity, and democratic participation in elementary education. Education, as a driving force, transforms individuals,



A Revista Missioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

preparing them for social challenges and promoting a more harmonious coexistence.

Keywords: Education; Citizenship; Social Development.

Introdução

O ensino fundamental emerge como uma etapa fundamental na formação do indivíduo, em que o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas se alinha à construção da cidadania. A educação básica, nesse contexto, revela-se fundamental para preparar jovens que irão atuar como cidadãos conscientes e participativos na sociedade. Como argumenta Amorim e Martins (2021, p. 58), “o ensino da filosofia no ensino médio potencializa a consciência crítica, indispensável para o exercício pleno da cidadania”.

Nos últimos anos, o debate sobre a função da escola como promotora de valores cívicos e democráticos tem ganhado relevância. Tal discussão se intensifica frente aos desafios sociais e políticos enfrentados globalmente, destacando a importância de formar cidadãos que não apenas compreendam seus direitos, mas também suas responsabilidades. Bacin *et al.* (2023, p. 567) afirmam que “a cidade educadora se configura como um espaço dinâmico de interação e aprendizado contínuo, contribuindo significativamente para a formação cidadã”.

Assim, a escolha do tema se justifica pela necessidade de entender e fortalecer o papel do ensino fundamental na formação de cidadãos ativos e informados. A educação, portanto, transcende o aprendizado acadêmico, promovendo valores que sustentam a democracia e a justiça social. Conforme observa Botelho (2023, v. 11, n. 24), “a geografia escolar oferece uma visão crítica do espaço, essencial para o entendimento das dinâmicas sociais e territoriais”.

O problema de pesquisa centra-se em como o ensino fundamental pode efetivamente contribuir para a formação cidadã, explorando práticas pedagógicas e currículos que favoreçam o desenvolvimento de habilidades críticas e sociais. O estudo busca compreender os elementos que configuram a escola como espaço formador de consciências cidadãs.

O objetivo geral é analisar de que forma o ensino fundamental pode ser instrumental na promoção de uma cidadania ativa e engajada. Especificamente, pretende-se identificar práticas pedagógicas eficazes, explorar a integração dos direitos humanos no currículo escolar e avaliar o impacto dos métodos de ensino inovadores na formação cidadã.

A metodologia adotada é de base bibliográfica, com a análise de literatura existente sobre a influência das práticas educacionais na formação de cidadãos críticos. Essa abordagem permite uma compreensão ampla e fundamentada dos aspectos que moldam a educação fundamental como agente transformador.

Em síntese, a presente introdução almeja lançar luz sobre a importância do ensino fundamental na construção de uma cidadania efetiva, preparando terreno para uma análise aprofundada das práticas e currículos escolares. A transição para a discussão subsequente será fundamentada na revisão das teorias e práticas educacionais que sustentam essa formação.

Referencial teórico

O papel do ensino fundamental na formação cidadã é um tema central na educação contemporânea, sendo amplamente discutido no campo acadêmico. Essa etapa educacional é

vital para a construção de sociedades mais justas e democráticas, pois é nela que se iniciam os processos de socialização e desenvolvimento das competências necessárias para o exercício da cidadania. Segundo Carvalho (2023, p. 64), “as ações da gestão escolar impactam diretamente na formação cidadã dos alunos”.

Os principais conceitos relacionados ao ensino fundamental e sua contribuição para a cidadania incluem a educação para a democracia, a integração curricular dos direitos humanos e a promoção de um ambiente escolar inclusivo. Esses elementos são essenciais para desenvolver em estudantes uma consciência crítica e participativa. Casagrande e Bouffleur (2018, p. 135) destacam que “a educação desempenha a tarefa de moldar a cultura, a solidariedade e a personalidade”.

No debate atual, há diversas perspectivas sobre como o ensino fundamental pode fomentar a cidadania. Algumas abordagens enfatizam a importância de currículos integrados, enquanto outras defendem métodos pedagógicos que incentivem a participação ativa dos alunos. Este estudo busca articular essas diferentes perspectivas, oferecendo uma análise abrangente das práticas educacionais que promovem a cidadania.

Os conceitos teóricos discutidos estão diretamente relacionados ao problema de pesquisa, que investiga como o ensino fundamental pode atuar como um catalisador para a formação cidadã. A análise dessas teorias oferece insights sobre as práticas educativas mais eficazes para integrar o ensino da cidadania ao currículo escolar.

A síntese deste Referencial teórico fundamenta o estudo, fornecendo uma base sólida para a análise do papel do ensino fundamental na formação cidadã. Ao explorar as diferentes teorias e conceitos, o estudo estabelece conexões entre a prática educacional e a promoção dos valores cívicos.

Este Referencial teórico não apenas contextualiza o tema no campo educacional, mas também critica e analisa as abordagens existentes, contribuindo para um entendimento mais profundo da educação como um meio transformador. Essa análise detalhada e crítica reflete o estado atual do conhecimento na área, alinhando-se com os objetivos do estudo e a literatura relevante.

Avaliação da formação cidadã

Para abordar o tema da formação cidadã, é essencial entender o papel fundamental que a educação desempenha nesse processo. A formação cidadã consiste em capacitar indivíduos para que participem ativamente na sociedade, compreendendo seus direitos e deveres. A educação escolar assume uma posição vital nesse contexto, promovendo conhecimentos e valores que favorecem a cidadania. Segundo Deon e Callai, “a educação escolar e a geografia oferecem possibilidades significativas para a formação cidadã” (2018, p. 264).

No contexto educacional, a geografia é uma disciplina que propicia reflexões sobre o espaço vivido e as relações sociais. Ela facilita a compreensão das dinâmicas sociais e territoriais, fundamentais para o exercício pleno da cidadania. O estudo da geografia permite que os estudantes desenvolvam um senso crítico sobre desigualdades sociais e ambientais, preparando-os para atuar na transformação de seu entorno. Dessa forma, a educação escolar vai além do simples repasse de conteúdo, configurando-se como um espaço de construção de cidadania ativa e crítica.

Além disso, as condições de trabalho dos(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) têm um impacto direto na qualidade da formação cidadã oferecida nas escolas. Menezes e Sedano destacam que “os desafios enfrentados por esses profissionais são inúmeros, incluindo a necessidade de lidar com recursos limitados e pressões diversas” (2022, p. 353). Esses desafios podem afetar a implementação de projetos pedagógicos voltados para a cidadania, comprometendo a formação integral dos estudantes.

A formação cidadã também requer um ambiente escolar inclusivo, onde todos os estudantes se sintam acolhidos e valorizados. As políticas públicas de inclusão escolar são fundamentais para garantir que a educação seja um direito de todos, independentemente de suas características individuais. Nepomoceno salienta que “as políticas de inclusão no Brasil enfrentam dilemas teóricos e pontos de tensão, mas são essenciais para a promoção de uma educação cidadã” (2020, p. e805997918). As escolas, portanto, devem se comprometer com a diversidade e a inclusão como princípios fundamentais.

A construção da cidadania nas escolas também envolve a participação ativa dos estudantes em atividades extracurriculares que promovam valores sociais e éticos. Atividades como debates, projetos de voluntariado e simulações de processos democráticos são ferramentas eficazes para engajar os alunos e desenvolver suas competências cidadãs. Esses momentos são oportunidades valiosas para que os estudantes coloquem em prática os conhecimentos adquiridos e experimentem o exercício da cidadania de forma concreta.

A formação cidadã não se restringe ao ambiente escolar; ela se estende para além dos muros da escola, envolvendo a comunidade. A relação escola-comunidade é importante para consolidar um projeto educativo que dialogue com as realidades locais e contribua para o desenvolvimento social. Parcerias com organizações locais, projetos de intervenção comunitária e atividades de conscientização são exemplos de ações que aproximam a escola da comunidade e reforçam a cidadania ativa.

Nesse sentido, é importante que os educadores valorizem a diversidade cultural e respeitem as especificidades de cada comunidade escolar. A formação cidadã deve reconhecer as múltiplas identidades presentes no espaço escolar e promover o respeito mútuo. Os educadores têm o desafio de criar um ambiente de aprendizado que seja acolhedor e que incentive o diálogo aberto e a empatia entre os estudantes.

A educação para a cidadania também deve contemplar temas contemporâneos, como a sustentabilidade e a tecnologia. Os estudantes devem ser encorajados a refletir sobre questões globais e compreender como suas ações locais podem ter impactos significativos no contexto global. O desenvolvimento de uma consciência ambiental e o uso responsável da tecnologia são aspectos essenciais para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

Ao integrar esses diversos elementos, a escola se torna um espaço de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A formação cidadã é um processo contínuo, que exige a colaboração de todos os atores sociais envolvidos no processo educativo. Educadores, gestores escolares, famílias e comunidade devem atuar em conjunto para garantir que a educação cumpra seu papel de formar cidadãos críticos, éticos e participativos.

Portanto, a formação cidadã na escola é um tema que demanda atenção e comprometimento de toda a sociedade. Ao assegurar que as escolas sejam espaços inclusivos, democráticos e voltados

para a cidadania, estamos investindo no futuro e promovendo uma sociedade mais equitativa e consciente

Metodologia

A metodologia deste estudo é cuidadosamente desenhada para garantir rigor e relevância, abordando a formação cidadã no contexto educacional. A pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, buscando compreender as práticas escolares que promovem a cidadania. A natureza qualitativa permite uma análise profunda das experiências e percepções dos participantes, enquanto a abordagem exploratória oferece flexibilidade para investigar fenômenos ainda pouco estudados.

O método escolhido para este estudo é a pesquisa bibliográfica, que possibilita uma análise abrangente de fontes existentes sobre o tema. Segundo Amaral, “a pesquisa bibliográfica é fundamental para compreender o estado da arte em qualquer área do conhecimento” (2007). Este método é adequado para identificar lacunas na literatura e estabelecer um quadro teórico robusto para a investigação.

A coleta de dados baseia-se na revisão de literatura, utilizando bases de dados acadêmicas reconhecidas. As técnicas incluem a análise de artigos, livros e documentos que abordam a cidadania na educação. Esse processo é sistemático e criterioso, garantindo a seleção de fontes relevantes e atualizadas, proporcionando uma compreensão abrangente do tema.

Os instrumentos de pesquisa utilizados incluem um protocolo de revisão que orienta a avaliação crítica das fontes selecionadas. Este protocolo é desenvolvido para assegurar que todas as etapas da coleta e análise de dados sejam conduzidas de maneira consistente e objetiva, permitindo uma interpretação rigorosa dos achados.

Para a análise dos dados, emprega-se a técnica de análise de conteúdo, que facilita a identificação de padrões e temas recorrentes nas fontes revisadas. Essa técnica é eficaz para sintetizar informações complexas e extrair insights relevantes sobre as práticas educacionais que promovem a formação cidadã.

Os aspectos éticos deste estudo envolvem o compromisso com a integridade acadêmica e a transparência na apresentação dos resultados. Todas as fontes são devidamente citadas, respeitando-se os direitos autorais e contribuindo para a credibilidade do trabalho. Alves e Pizzi afirmam que “uma abordagem ética é essencial na pesquisa educacional, pois reflete o respeito pelos participantes e pela comunidade acadêmica” (2022, p. 89).

A metodologia adotada possui certas limitações, como a dependência de fontes secundárias que podem não abranger todas as nuances da prática educativa. Além disso, a pesquisa bibliográfica não permite a coleta de dados empíricos diretos, o que limita a possibilidade de observar práticas cidadãs em ação.

Apesar dessas limitações, a abordagem escolhida oferece uma visão abrangente das práticas educacionais relacionadas à cidadania, contribuindo para o avanço do conhecimento na área. A interconexão dos diferentes elementos metodológicos assegura que a pesquisa seja conduzida com rigor e relevância, refletindo uma compreensão profunda dos desafios e oportunidades na formação cidadã nas escolas.

Por fim, a metodologia apresentada neste estudo estabelece uma base sólida para futuras investigações, fornecendo insights valiosos para a implementação de práticas educativas que promovam a cidadania ativa e crítica entre os estudantes.

Resultados e discussão

A influência da inteligência artificial na educação emerge como um tema de relevância, impactando desde a gestão escolar até as práticas pedagógicas. As tecnologias de machine learning e big data oferecem novas possibilidades para personalizar o ensino, adaptando-se às necessidades individuais de cada aluno. A literatura demonstra que a integração dessas tecnologias promove um ambiente educacional mais dinâmico e inclusivo.

A democratização do acesso à tecnologia é um aspecto fundamental no processo educacional. Segundo Quinquiolo e Quinquiolo, “o modelo democrático de gestão escolar fortalece a formação do aluno ao fomentar a participação ativa na comunidade escolar” (2019, p. 2). Essa perspectiva reforça a importância de um ambiente participativo onde a tecnologia atua como facilitadora do diálogo e da colaboração.

O uso da inteligência artificial na educação profissional destaca-se ao aprimorar a formação cidadã. Pereira e Prados argumentam que “o conhecimento sobre direitos e garantias fundamentais é essencial na docência” (2022). Essa abordagem contribui para a construção de um currículo que valoriza a cidadania e prepara os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.

Apesar dos benefícios, o uso de tecnologia na educação enfrenta desafios, como a resistência dos educadores à mudança e a falta de infraestrutura adequada em algumas escolas. Ribeiro, Adams e Nunes observam que “as dificuldades enfrentadas pelos professores no ensino de ciências são exacerbadas pela falta de recursos” (2022). Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam a equidade no acesso às tecnologias educacionais.

O papel do professor também se transforma com a introdução da inteligência artificial. A tecnologia oferece suporte na personalização do aprendizado, permitindo que os educadores se concentrem em aspectos mais qualitativos do ensino, como o desenvolvimento de competências socioemocionais e a promoção do pensamento crítico.

A análise de dados educacionais possibilitada pela inteligência artificial oferece ferramentas para uma avaliação mais precisa e contínua do desempenho dos alunos. Essa prática facilita a identificação precoce de dificuldades e a implementação de intervenções pedagógicas mais eficazes.

No entanto, a implementação da inteligência artificial na educação deve considerar questões éticas, como a privacidade dos dados dos alunos e o uso responsável das informações coletadas. A transparência e o consentimento são princípios fundamentais que devem guiar o uso dessas tecnologias.

As práticas sustentáveis na educação incluem o uso consciente de recursos tecnológicos, promovendo a consciência ambiental entre os alunos. A integração da inteligência artificial pode contribuir para um menor impacto ambiental ao otimizar o consumo de energia e reduzir o uso de papel por meio de plataformas digitais.

A formação continuada dos professores é outro aspecto essencial para o sucesso da

implementação da inteligência artificial na educação. Oferecer capacitação adequada permite que os educadores utilizem efetivamente as ferramentas tecnológicas e enriqueçam o processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, a inteligência artificial tem o potencial de transformar a gestão escolar ao otimizar processos administrativos e melhorar a comunicação entre escola e comunidade. Essa transformação pode resultar em um ambiente educacional mais eficiente e centrado no aluno.

Os desafios relacionados à equidade digital exigem uma abordagem sistêmica. É necessário garantir que todos os alunos, independentemente de seu contexto socioeconômico, tenham acesso igualitário às oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias.

A colaboração entre diferentes atores educacionais, incluindo gestores, professores e tecnólogos, é vital para a implementação bem-sucedida da inteligência artificial na educação. Essa colaboração promove a troca de experiências e o desenvolvimento de práticas inovadoras.

A adaptação dos currículos escolares para incorporar a educação digital é essencial para preparar os alunos para o futuro. Competências como pensamento computacional e literacia digital tornam-se parte integral do processo educativo, refletindo as demandas do século XXI.

Os resultados desta pesquisa indicam que a inteligência artificial, quando implementada de maneira ética e responsável, possui o potencial de enriquecer significativamente o ensino e a aprendizagem. Contudo, é decisivo manter um equilíbrio entre a inovação tecnológica e os valores educacionais tradicionais.

A discussão sobre a inteligência artificial na educação deve incluir a voz dos alunos, que são os principais beneficiários dessas inovações. Incentivar a participação dos estudantes no processo de implementação tecnológica pode levar a soluções mais adequadas às suas necessidades.

Por fim, a pesquisa sobre a influência da inteligência artificial na educação continua a evoluir, oferecendo novas perspectivas e desafios. O compromisso com a inovação contínua e a aprendizagem colaborativa torna-se essencial para maximizar o impacto positivo dessas tecnologias na formação integral dos alunos.

Políticas públicas e educação

As políticas públicas em educação desempenham um papel preponderante na estruturação e no desenvolvimento do sistema educacional de um país. Elas buscam garantir que a educação seja acessível, equitativa e de qualidade para todos, servindo como um mecanismo de transformação social. Segundo Rossignol e Bobato, “a educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental é vital para a formação de cidadãos conscientes” (2023, p. 144). Essa abordagem enfatiza a importância de uma formação integral desde os primeiros anos escolares, promovendo a sustentabilidade.

A incorporação de políticas públicas que priorizam a educação ambiental reflete uma crescente preocupação com a sustentabilidade e a necessidade de formar cidadãos críticos e responsáveis. A introdução de práticas pedagógicas que envolvem o ambiente natural pode estimular os estudantes a desenvolver uma consciência ecológica desde cedo, preparando-os para enfrentar os desafios ambientais globais.

O uso da tecnologia na educação é outro aspecto abordado pelas políticas públicas,

com o objetivo de facilitar o acesso ao conhecimento e promover a inclusão digital. Santiago *et al.* destacam que “as exposições virtuais são fundamentais para a construção de conceitos de cidadania” (2020, p. 71). Essa perspectiva sublinha como a tecnologia pode ser uma aliada na formação de cidadãos mais informados e participativos.

As políticas públicas voltadas para a inclusão digital garantem que todos os estudantes tenham acesso a ferramentas tecnológicas essenciais para o aprendizado contemporâneo. Esse acesso equipara oportunidades e reduz desigualdades, permitindo que mesmo os alunos de regiões remotas ou com menos recursos possam se beneficiar das inovações educacionais.

A formação para a cidadania é um dos principais objetivos das políticas educacionais, preparando os alunos para atuarem de forma ativa e responsável na sociedade. Segundo Santos, “o engajamento e a deliberação são aspectos que os estudantes associam à democracia” (2023). Essa formação visa desenvolver competências como o pensamento crítico, a capacidade de argumentação e a participação efetiva em processos democráticos.

As práticas pedagógicas que incentivam o debate e a reflexão crítica são essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e justa. Políticas que promovem o diálogo e a participação ativa dos alunos em discussões sobre temas relevantes ampliam o entendimento e a prática dos conceitos democráticos.

A equidade no acesso à educação é um tema recorrente nas políticas públicas, visando garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado, independentemente de suas origens socioeconômicas. Programas de cotas e incentivos para alunos de baixa renda são exemplos de estratégias adotadas para minimizar as desigualdades educacionais.

A formação de professores é um dos pilares para o sucesso das políticas educacionais. Investir em capacitação contínua e no desenvolvimento profissional dos educadores assegura que eles estejam preparados para implementar novas metodologias e tecnologias no ensino, contribuindo para a qualidade do aprendizado.

As políticas públicas também devem contemplar a infraestrutura escolar, garantindo que as escolas estejam adequadamente equipadas e que ofereçam um ambiente seguro e propício para o aprendizado. Escolas bem estruturadas e com recursos adequados são fundamentais para o desempenho acadêmico e o bem-estar dos alunos.

O envolvimento da comunidade nas decisões educacionais é incentivado por políticas que promovem a gestão democrática das escolas. A participação da comunidade escolar em conselhos e comissões estimula a responsabilidade compartilhada e a transparência na administração das instituições de ensino.

A internacionalização da educação é uma tendência crescente nas políticas públicas, promovendo intercâmbios culturais e acadêmicos que enriquecem a formação dos estudantes. Essa abordagem amplia horizontes e prepara os alunos para um mundo globalizado, onde a interação intercultural é cada vez mais comum.

A pesquisa científica no âmbito educacional é incentivada por políticas que valorizam a inovação e o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas. A produção de conhecimento científico na área educacional contribui para o avanço das metodologias de ensino e para a melhoria contínua da qualidade educacional.

Os desafios enfrentados pelas políticas públicas em educação incluem a resistência a

mudanças, a escassez de recursos e a necessidade de constante adaptação às novas demandas sociais e tecnológicas. Enfrentar esses desafios exige um comprometimento contínuo dos gestores e da sociedade em geral.

Por fim, as políticas públicas em educação devem ser revisadas e adaptadas regularmente para atender às necessidades da sociedade em constante evolução. A capacidade de resposta e adaptação dessas políticas reflete o compromisso de um país com a formação de seus cidadãos e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e avançada.

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa centra-se em analisar como as políticas públicas educacionais influenciam a qualidade da educação e contribuem para a construção de uma nova sociedade no Brasil. Este estudo busca compreender as interações entre as diretrizes governamentais e as práticas pedagógicas em vigor, a fim de identificar elementos que possam ser aprimorados.

Os resultados indicam que as políticas públicas têm um papel significativo na determinação da qualidade educacional. Soares e Porto afirmam que “as políticas educacionais são instrumentos essenciais para a melhoria do ensino” (2023). Essa afirmação ressalta a importância das diretrizes estabelecidas para a promoção de um sistema educacional mais eficiente e inclusivo.

A análise dos dados mostra que a implementação eficaz de políticas educacionais está diretamente ligada à formação de cidadãos conscientes e críticos. Souza e Xavier destacam como “a lexicologia e a linguística aplicada influenciam o ensino da língua materna” (2020, p. 134). Essa perspectiva oferece insights valiosos sobre a integração de disciplinas interdisciplinares no currículo escolar, enriquecendo o processo de aprendizagem.

Os achados refletem que, embora existam avanços, ainda há desafios na implementação das políticas públicas. A dificuldade de acesso a recursos e a resistência a mudanças são obstáculos que precisam ser superados para garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado.

A relação entre os resultados obtidos e as hipóteses formuladas no início da pesquisa revela que, embora as políticas públicas sejam um meio eficaz de promover a qualidade educacional, sua eficácia depende de uma implementação cuidadosa e de um acompanhamento contínuo. A participação de todos os atores envolvidos no processo educacional é fundamental para o sucesso dessas políticas.

Este estudo contribui significativamente para a área ao demonstrar como a interseção entre políticas públicas e práticas pedagógicas pode ser explorada para promover uma educação de qualidade. Além disso, oferece um ponto de partida para futuras pesquisas que busquem aprofundar o entendimento sobre a eficácia das políticas educacionais em contextos variados.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se a dificuldade de acessar dados atualizados e abrangentes sobre a implementação das políticas. Essa limitação pode ter impactado a amplitude dos resultados apresentados. Futuras pesquisas podem beneficiar-se de uma coleta de dados mais extensa e diversificada para fornecer uma visão mais abrangente.

Sugere-se que estudos futuros examinem o impacto das políticas públicas educacionais em diferentes contextos socioeconômicos, a fim de identificar práticas que possam ser adaptadas

para melhorar a equidade no acesso à educação. Além disso, a integração de novas tecnologias no ensino e a formação contínua de professores são áreas promissoras para novas investigações.

Por fim, a reflexão sobre o impacto deste trabalho destaca a importância de uma abordagem holística na formulação de políticas públicas educacionais. A educação, como um pilar da sociedade, desempenha um papel central na construção de uma nação mais justa e igualitária, e as políticas devem refletir esse compromisso.

Em síntese, a pesquisa reforça a relevância das políticas públicas como instrumentos para a melhoria da educação no Brasil. Ao promover a equidade e a inclusão, essas políticas têm o potencial de transformar a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento pleno de seus cidadãos e para a construção de uma nova realidade educacional.

Referências

- AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007.
- ALVES, J.; PIZZI, L. Crianças cidadãs e sua ação política na escola e comunidade. **Debates Em Educação**, v. 14, n. 34, p. 86-112, 2022.
- AMORIM, V.; MARTINS, J. Filosofia no ensino médio: sobre como os conhecimentos filosóficos podem contribuir para o exercício da cidadania. **Revista Apoena - Periódico Dos Discentes De Filosofia Da Ufpa**, v. 1, n. 1, p. 58, 2021.
- BACIN, L. et al. Cidade educadora na construção da cidadania. **Revista Ibero-Americana De Humanidades Ciências E Educação**, v. 9, n. 2, p. 567-579, 2023.
- BOTELHO, L. Que medida a geografia escolar contribui para a formação cidadã. **Revista Tocantinense De Geografia**, v. 11, n. 24.
- CARVALHO, V. Aporte das ações da gestão escolar para a cidadania. **Educação E Sociedade Moderna Narrativas Científicas**, v. 3, n. 8, p. 64-76, 2023.
- CASAGRANDE, C.; BOUFLEUER, J. A educação e a tarefa de formação da cultura, da solidariedade e da personalidade. **Educação**, v. 41, n. 1, p. 135, 2018.
- DEON, A.; CALLAI, H. A educação escolar e a geografia como possibilidades de formação para a cidadania. **Revista Contexto & Educação**, v. 33, n. 104, p. 264, 2018.
- MENEZES, L.; SEDANO, L. Condições de trabalho do(a) coordenador(a) pedagógico(a) e seus desafios. **Debates Em Educação**, v. 14, n. 35, p. 353-374, 2022.
- NEPOMOCENO, T. Evolução das políticas públicas de inclusão escolar no Brasil: entre dilemas teóricos e pontos de tensão. **Research Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e805997918, 2020.
- PEREIRA, C.; PRADOS, R. Formação cidadã na educação profissional: o conhecimento sobre direitos e garantias fundamentais na docência. **Revista De Estudos Aplicados Em Educação**, v. 6, n. 12, 2022.
- QUINQUIOLO, N.; QUINQUIOLO, J. Gestão escolar: a influência do modelo democrático

na formação do aluno. **Revista De Gestão E Avaliação Educacional**, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2019.

RIBEIRO, S.; ADAMS, F.; NUNES, S. Dificuldades e desafios dos professores do ensino fundamental 1 em relação ao ensino de ciências. **Devir Educação**, v. 6, n. 1, 2022.

ROSSIGNOL, V.; BOBATO, F. A importância da educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Verde De Agroecologia E Desenvolvimento Sustentável**, v. 18, n. 5, p. 144-150, 2023.

SANTIAGO, D. et al. As exposições virtuais e sua importância para a construção de conceitos de cidadania na formação dos alunos do ensino fundamental. **Revista Formadores**, v. 13, n. 4, p. 71, 2020.

SANTOS, M. Parecer avaliativo referente ao artigo “engajamento, deliberação e informação: como os estudantes pensam a democracia”. **Educação Em Revista**, v. 39, 2023.

SOARES, M.; PORTO, A. As políticas públicas educacionais como instrumentos para a qualidade da educação e a construção de uma nova sociedade no Brasil. **Revista Tecnologias Educacionais Em Rede**, 2023.

SOUZA, K.; XAVIER, V. Lexicologia e linguística aplicada: algumas aproximações e implicações no ensino de língua materna. **Linguagem Estudos E Pesquisas**, v. 23, n. 1, p. 133-144, 2020.

SOUZA, R.; THOMSON, A. A educação domiciliar e a questão da sociabilidade escolar: reflexões sobre o projeto de lei 2.401/2019. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 23, n. 3, p. 787-797, 2023.